

Não existia uma hierarquia entre as fontes como existe atualmente, mas, dependendo do período histórico cada fonte tinha mais importância.

- **Fontes do direito:** De onde o direito emana.
- **Fontes de cognição do direito:** Permitem o conhecimento do direito; documentos que narram acontecimentos e servem apenas para a época em questão: Corpus Iuris Civilis (Institutas, Digesto, Códex, Novelas), textos de Cícero, papiros.
- **Fontes de produção do direito:** Servem de fonte de cognição para épocas futuras.
- **Costumes:** Thomas Marky:

“O costume é a observância constante e espontânea de determinadas normas de comportamento humano na sociedade... aprovado, sem lei, pelo discurso de longuíssimo tempo e pela vontade de todos”.

O Direito não escrito, quase fonte exclusiva no direito arcaico. É a observância constante e espontânea de determinadas normas de comportamento humano na sociedade, aprovado, sem lei, pelo decurso de longuíssimo tempo e pela vontade de todos. É uma tradição que possui consequências jurídicas, caso não for cumprida. Surge no início da sociedade.

## Lei

“É aquilo que o povo estabelece por meio de sua própria determinação”. Podia ser de duas formas:

- **Lex data:** Lei feita por um magistrado cujas competências foram delegadas por um comício popular (eleito pelo povo para fazer as leis). Ex.: Lei das XII Tábuas: codificação de regras provavelmente costumeiras, primitivas e, às vezes, até cruéis. Aplicava-se exclusivamente aos cidadãos romanos.
- **Lex rogata:** Proposta de um magistrado aprovada pelos comícios. Distingue-se em 4 partes:
  - Index – Nome de quem propõe e assunto de que é a lei.
  - Praescriptio – Dados técnicos (onde foi votada, títulos dos magistrados).
  - Rogatio – O que a lei prescreve (conteúdo da lei).
  - Sanctio – Sanção no caso de infringência da lei.

Podiam ser:

- **Legis perfectae:** Tem sanção de nulidade, que permite que a situação anterior ao ato se restabeleça (anulação do fato); é restitutiva.

- **Legis minus quam perfectae:** A sanção não previa a anulação do ato, mas aplicava uma penalidade.
- **Legis imperfectae:** Não havia punição nem nulidade.

## Plebiscito

Um plebiscito é o que a plebe estabelece por meio de sua própria determinação. A plebe diferencia-se do povo, pois o “povo” é composto de todos os cidadãos, inclusive os patrícios, enquanto a “plebe” é composta pelo resto dos cidadãos, com exceção dos patrícios. Assim, diziam os patrícios que eles não estariam submetidos aos plebiscitos, uma vez que foram feitos sem a sua colaboração.

- **Lex Hortensia (286 a.C.):** Plebiscitos passam a valer para toda a população, equiparados às leis. Porém, os patrícios não tinham o poder de opinião nos plebiscitos.

Exemplo: Lex Aquilia (nasce com força de lei, mas é plebiscito). Primeiro capítulo:

"Quem mata, contra o direito, um escravo ou uma escrava de terceiro ou um animal de carga quadrúpede, deve ser obrigado a indenizar o proprietário com maior valor da coisa no ano anterior, em dinheiro".

## Senatusconsultum (senatus-consultos)

“É aquilo que o senado estabelece por meio de sua própria determinação, e tem a força de uma lei, mesmo que isso não tenha sido pacífico.” Muitas vezes, o imperador propõe senatusconsulta ao senado. No Império, eram propostos pelos imperadores que instruíam os magistrados.

## Éditos dos magistrados

Normas jurídicas criadas pelos magistrados paralelamente ao direito quiritário. Visavam corrigir, suprir ou afastar a aplicação do ius civil. São preceitos daqueles que tenham o direito de promulgar éditos. Esse direito tinham os funcionários do povo romano, mas os pretores têm tal direito mais profundamente; eram responsáveis pelas cidades e pelos estrangeiros. Ao assumir, os pretores promulgaram um edito, que continha as diretrizes do exercício do cargo durante o ano.

## Constituições Imperiais

“Uma constituição imperial é aquilo que o imperador estabelece por meio de decreto, edito ou carta. Que ela tenha a força de uma lei, nunca foi discutido, uma vez que o imperador tem o seu poder de violência por meio da lei”. Elas interpretavam, estendiam ou inovavam a lei.

Variavam conforme o conteúdo:

- **Edicta:** Ordenações de caráter geral.
- **Decreta:** Decisões do imperador, proferidas por um processo.

- **Rescripta:** Respostas dadas pelo imperador a questões jurídicas.
- **Mandata:** Instruções aos subalternos.
- **Codex:** Conjunto de constituições imperiais, que foram as leges no período imperial.

## Jurisprudência

"Pareceres de juristas são visões e opiniões (interpretação) daqueles a quem é permitido criar direito. Se todas as opiniões deles têm um mesmo resultado, tem então tal opinião força de lei; mas se elas não são coincidentes, o juiz pode seguir a opinião que ele quiser, como determina o escrito do divino Adriano".

A interpretação, nos primórdios do Direito Romano, era feita por chefes religiosos e sacerdotes. Posteriormente, a função foi passada a juristas, responsáveis por interpretar as normas, emitir pareceres jurídicos, instruir as partes sobre como agir em juízo e prestar orientações aos leigos sobre negócios jurídicos. Augusto concedeu a alguns juristas a faculdade de dar pareceres obrigatórios em seu nome (*ius respondendi*), dando aos pareceres força de lei.

A partir do século V d.C., a quantidade de juristas com *ius respondendi* se torna gigantesca, o que causa confusões. Teodósio então, para solucionar tal pluralidade de fontes, decreta que os únicos pareceres que terão força de lei serão os de Gaio, Ulpiano, Papiniano e Modestino.

## Conceito e classificação do direito

### Direito Objetivo (Norma agendi)

Regra jurídica, ordenamento jurídico em si. Característica essencial: força coercitiva.

### Direito Subjetivo (Facultas agendi)

Poder de exigir um comportamento alheio, focando no sujeito.

- **Ius civile:** Ius quiritium, destinava-se exclusivamente a cidadãos romanos. vs. **Ius gentium:** Normas consuetudinárias romanas consideradas comuns a todos os povos; destinava-se também a estrangeiros.
- **Ius civile (quanto à origem):** Provinha da lei dos costumes, plebiscitos. vs. **Ius honorarium:** Direito elaborado e introduzido pelo pretor; introduziu novidades, criou novas regras e modificou o antigo *ius civile*.
- **Ius scriptum:** Direito escrito — Ex.: XII Tábuas. vs. **Ius non scriptum:** Direito não escrito (costumes).
- **Ius publicum:** Interesse público ou presença do poder público. vs. **Ius privatum:** Direito dos particulares.
- **Ius cogens:** Regra absoluta que não depende da vontade das partes; deve ser obedecida fielmente (geralmente âmbito público). vs. **Ius dispositivum:** Admite autonomia das partes particulares (geralmente âmbito privado).
- **Ius naturale:** É aquele que a natureza ensinou a todos os seres vivos.